

## Artigos originais

### ENSINO COLABORATIVO: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DAS REVISTAS EDUCAÇÃO ESPECIAL E BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE 2012 A 2017

## Original Articles

### COLLABORATIVE TEACHING: ANALYSIS OF THE PUBLICATIONS OF JOURNALS SPECIAL EDUCATION AND BRAZILIAN SPECIAL EDUCATION OF 2012 TO 2017

Vaniéli Guélhiri\*

vanieliguelhiri2017@outlook.com

<http://lattes.cnpq.br/4499287941714885>

Tatiane Cristina Rodrigues Lessa\*\*

taticrisrl@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8114529994792640>

Renata Andrea Fernandes Fantacini\*\*\*

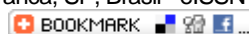
refantacini@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0048520911576659>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 –

está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)



## RESUMO

O ensino colaborativo é considerado uma estratégia essencial para o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência, pois leva como requisito o trabalho conjunto do professor da educação regular e o professor do ensino especial. Esse modelo de ensino deve ser compreendido como uma forma de educação em que todos os envolvidos sejam responsáveis pelo processo de desenvolvimento e inclusão do aluno. O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão sistemática dos artigos publicados pela Revista Brasileira de Educação Especial e Revista de Educação Especial nos últimos 10 anos, com o tema ensino colaborativo e foco no trabalho do psicólogo, no campo da inclusão, e sua contribuição no contexto escolar. A metodologia utilizada para o presente estudo foi a revisão sistemática articulada a revisão bibliográfica. Frente ao estudo realizado percebe-se que o número de estudos com a temática ensino colaborativo em relação a parceria entre psicólogo e especialista são

---

\* Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Franca(2012). Atualmente é Psicóloga da CEARNE.

\*\* Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos.

\*\*\* Doutora em Educação Especial, pela Universidade Federal de São Carlos (PPGEES - UFSCar) e Mestre em Educação pelo Centro Universitário Moura Lacerda (CUML - 2013).

praticamente inexistentes. Conclui-se que o presente estudo pode contribuir como incentivo e realização de pesquisas nessa área sendo, portanto, relevante para aprofundar e possibilitar estudos sobre o ensino colaborativo e o trabalho do psicólogo na educação especial.

**Palavras-chave:** educação especial. ensino colaborativo. análise de revistas brasileiras.

### **ABSTRACT**

Collaborative teaching is considered an essential strategy for the process of inclusion of students with disabilities, since it requires the joint work of the teacher of the regular education and the teacher of the special education. This teaching model should be understood as a form of education in which everyone involved is responsible for the student's development and inclusion process. The objective of this study was to perform a systematic review of the articles published by the Brazilian Journal of Special Education and Special Education Journal in the last 10 years, with the theme of collaborative teaching and focus on the psychologist's work in the field of inclusion, and their contribution in the context school. The methodology used for the present study was the systematic review articulated to the bibliographic review. In the face of the study, it can be seen that the number of studies with the theme of collaborative teaching in relation to the partnership between psychologist and specialist is practically non-existent. It is concluded that the present study can contribute as an incentive and research in this area and, therefore, it is relevant to deepen and make possible studies on collaborative teaching and the psychologist's work in special education.

**Keywords:** special education. collaborative teaching. analysis of brazilian researchs.

### **INTRODUÇÃO**

O conceito de deficiência passou por processos de evolução, desde a pré-história até a contemporaneidade e, a educação de pessoas com deficiência tem percorrido um caminho que busca a igualdade para todos e que contribua para o seu desenvolvimento em todas as áreas de sua vida, nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, nas interações sociais e de aprendizagem. Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008, [p. 14]) consta este aspecto, tendo como objetivo:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Aranha (1995, p. 69) definiu “[...] a deficiência como uma condição complexa, multideterminada, caracterizada por limitação ou impedimento da participação do indivíduo, na trama de relações que compõem sua existência concreta.” Nesse sentido, essas limitações causa prejuízo no seu funcionamento intelectual e adaptativo, onde o indivíduo não consegue alcançar os padrões necessários de independência pessoal e responsabilidade social, esperado e imposto pela sociedade. Já na Lei Brasileira de Inclusão (LBI):

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Frente a tais definições, vale ressaltar que essas limitações podem causar prejuízos no funcionamento intelectual e adaptativo das pessoas com esse tipo de deficiência e, dessa forma, o indivíduo pode ter dificuldade em alcançar alguns padrões necessários de independência pessoal e responsabilidade social e, por isso, faz-se necessário estudos que abordem tal temática.

A deficiência intelectual inicia-se antes dos dezoito anos de idade, afetando as capacidades mentais do indivíduo, como raciocínio, solução de problema, planejamento, pensamento, juízo e aprendizagem acadêmica, todos

esses aspectos podem prejudicar o convívio e as relações do mesmo com o ambiente.

Segundo Almeida (2012), em 2010 foi publicada a 11ª edição do manual Deficiência Intelectual – Definição, Classificação e Sistemas Suporte, que abandonou a denominação do termo “retardo/deficiência mental”, incorporando a nova designação “deficiência intelectual”, com a seguinte conceituação:

Deficiência intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizado, resolução de problemas) quando no comportamento adaptativo, que cobre uma gama de habilidades sociais e práticas do dia a dia. Essa deficiência se origina antes da idade de 18. (SHOGREN et al., 2010, p.6).

Dessa forma, frente a necessidade de atenção para as crianças diagnosticadas com deficiência e, levando-se em conta que a educação é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), advém a necessidade de reflexão sobre o profissional que atua nessa perspectiva e, especialmente no ensino colaborativo.

O ensino colaborativo é considerado uma estratégia essencial para o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência, pois leva como requisito o trabalho conjunto do professor da educação regular e o professor do ensino especial. Fontes (2009, p. 78) aponta que “[...] esse tipo de ensino possibilitou o desenvolvimento pessoal e profissional apesar das dificuldades em relação ao trabalho conjunto em sala de aula.”

Define-se ensino colaborativo como

[...] um modelo de prestação de serviço de Educação Especial no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes, sendo que esse modelo emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, e especificamente para responder às demandas das práticas inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais (MENDES, 2006, p. 32).

Vale ressaltar que, tal proposta de ensino gera demandas importantes ao contexto escolar e que, muitas vezes, o professor de sala comum diz não estar preparado para lidar com algumas situações ou deficiências específicas como salienta, por exemplo, o estudo de Oliveira et al. (2012). Assim, sugere-se que o ensino colaborativo pode contribuir com um profissional que vai auxiliar o professor de sala comum em suas dificuldades e dúvidas em relação ao aluno com deficiência.

Segundo Mendes (2006, p. 32), o ensino colaborativo

[...] é um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes, sendo que esse modelo emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais, e especificamente para responder as demandas das práticas de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais.

Sendo assim, esse novo modelo de ensino deve ser compreendido como uma forma de educação, onde todos os envolvidos se tornem responsáveis pelo processo de desenvolvimento e inclusão do aluno, independente das diferenças, colocando em prática todos os recursos essenciais para o crescimento saudável do seu alunado.

Neste sentido, pode-se observar um significativo interesse nos estudos sobre o ensino colaborativo no que se refere, mais especificamente, ao professor da classe comum e especialista. Tal fato evidencia outra questão, sendo essa, como tem sido realizada a parceria entre o psicólogo e o professor especialista? Tal questão remete a posicionamentos importantes, pois acredita-se que o psicólogo poderia contribuir de maneira positiva nesse contexto.

Nesse sentido, acredita-se que a psicologia escolar ainda é uma área em construção no Brasil e que, segundo Valle (2003, p. 27), tal fator é “[...] o que dificulta a identificação de habilidades na prática para que ele possa atender às exigências diversas no contexto de relações que se estabelecem em torno da criança.”

Apesar desse aspecto ser uma difícil tarefa, o psicólogo deverá desenvolver um trabalho focado nas múltiplas questões que envolvem a criança como a escola, a família e a sociedade. Valle (2003, p. 25) ressalta:

[...] o psicólogo precisa, então, não apenas de conhecimentos psicológicos relacionados ao desenvolvimento infantil e às influências ambientais que o atingem, mas também voltados para a situação de aprendizagem e dos aspectos psicopedagógicos envolvidos. A atuação orientada para o grupo de alunos, não apenas para “alunos problemas”, pode permitir que o professor perceba as crianças em seu jeito individual de ser, transpondo os muros da escola para conhecer sobre o aluno mais do que o currículo escolar determina e, dessa forma, melhorar o seu desempenho, envolvendo-se em seus interesses e realidades.

Nesse sentido, Oliveira e Araújo (2009, p. 651) definem que “[...] o objetivo principal deste campo é mediar os processos de desenvolvimento humano e de aprendizagem, contribuindo para sua promoção.”

A psicologia ainda tem o importante papel, segundo Ciantelli (2015, p. 85)

[...] de destaque no desenvolvimento acadêmico das pessoas com deficiência. Nesse entendimento, deve comprometer-se com a humanização desses indivíduos, posicionando-se de modo crítico perante a realidade posta, combatendo as barreiras atitudinais e promovendo ações educativas que possibilitem o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos da pessoa com deficiência nos diferentes níveis de ensino, do infantil ao superior.

Assim, pode-se inferir que o psicólogo tem o importante papel de buscar, organizar e superar barreiras nos múltiplos aspectos que envolvem o processo educacional, ou seja, tem a tarefa de olhar cuidadosamente para a família, a escola e a sociedade na qual cada criança se insere e, nesse sentido, Ciantelli (2015, p. 167) destaca que a psicologia “[...] pode contribuir para a promoção de ações que favoreçam o bem estar e o desenvolvimento dos indivíduos, explorando suas potencialidades e fornecendo condições para o pleno exercício de sua cidadania.” Além disso, o psicólogo também poderá contribuir

para a quebra de barreiras em relação ao olhar do professor (tanto na sala de aula como nas relações fora dela), a todos os envolvidos na educação da pessoa com deficiência.

Ciantelli (2015, p. 167) define que o psicólogo irá ser um profissional de importante:

[...] responsabilidade teórica e operacional para auxiliar na promoção de ações inclusivas, estabelecendo formas de participação ativa das pessoas com deficiência nos diferentes contextos – na área educacional, da saúde, do trabalho, do lazer, atuando diretamente com esses indivíduos, seus familiares e os sujeitos que o cercam, ou seja, com um leque de possibilidades do fazer do psicólogo.

Corroborando a tal ideia, Carvalho (2008) destaca a importância desse profissional não ter como foco, apenas, a resolução de problemas relacionados ao aluno, mas também, na preparação desses jovens para o futuro, acompanhando seu desenvolvimento educativo e participação do processo de decisões que englobam o futuro. O psicólogo torna-se, portanto, parte integrante do sistema escolar

[...] movimentando-se e interagindo com os restantes agentes educativos, preferencialmente de modo colaborativo, o psicólogo é hoje um elemento central na escola e que, mobilizando os seus saberes e as suas competências, contribui para um objetivo central da educação: o sucesso escolar, a formação de cidadãos. (CARVALHO, 2008, p. 121).

Bastos e Pylro (2016, p. 477), complementam que o psicólogo possui um papel importante no processo educacional, atuando com os alunos, família, profissionais e com a sociedade considerando

[...] a história escolar, as condições em que se dão o processo de ensino e aprendizagem, as relações sociais construídas cotidianamente na escola (incluindo a relação professor-aluno), o currículo escolar, o projeto político pedagógico, a metodologia, os mecanismos institucionais e o próprio conceito de educação, entre tantos outros fatores.

Assim, sabemos que o papel do psicólogo escolar parece ser desconhecido por parte da escola sendo, portanto, essencial compreender sua atuação, colaboração e intervenção nesse ambiente. Contudo, o psicólogo deve “[...] ter o conhecimento da realidade sistêmica da escola, isto é, do meio e da comunidade educativa” (CARVALHO, 2008, p. 123) e, esse processo envolve todo um trabalho com a família, escola e comunidade, buscando uma interação que proporcione a colaboração de todos, através de encontros e reuniões. Essa postura promove “[...] uma maior dinâmica na mobilização de recursos, estratégias e agentes no sentido de resolução de problemas, na organização de atividades e na inter-ajuda e cooperação.” (CARVALHO, 2008, p. 123).

Além disso, é indispensável outro aspecto importante a ser desenvolvido dentro do contexto escolar que são as habilidades sociais como contribuição tanto para o desempenho relacional de todos os seus envolvidos e, especialmente, na educação especial. Nesse sentido, entende-se que o termo habilidades sociais, segundo Del Prette e Del Prette (2013, p. 31), “[...] aplica-se às diferentes classes de comportamentos sociais do repertório de um indivíduo, que contribuem para a competência social, favorecendo um relacionamento saudável e produtivo com as demais pessoas.” Essas, envolvem diferentes contextos do indivíduo, e como o mesmo se comporta diante tais situações recorrentes do dia a dia.

Para Rosin-Pinola et al. (2017, p. 739) “[...] as habilidades sociais e emocionais podem ser aprendidas nas interações sociais e são essenciais para a formação do sujeito emocionalmente saudável.” Tal ideia justifica-se dentro do contexto escolar pois

[...] o investimento da escola na promoção de habilidades sociais pode ser defendido com base em pelo menos três argumentos: (a) a função social da escola; (b) as evidências de relação entre habilidades sociais e desempenhos acadêmicos; (c) as políticas de inclusão. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013, p. 63).



Desta forma, pensando que o ambiente escolar é de extrema complexidade e que compreender as múltiplas faces que o envolvem são de extrema importância, o interesse por essa pesquisa foi compreender como é o trabalho do especialista e do psicólogo levando-se em conta que a busca por possibilidades e estratégias que ofereçam suporte ao aluno, família, escola e profissionais envolvidos, para lidar com as situações complexas no dia a dia é de suma importância.

Assim, o objetivo geral deste estudo foi realizar uma revisão dos artigos publicados pelas duas revistas: Revista Brasileira de Educação Especial e Revista de Educação Especial nos últimos 10 anos, com o tema ensino colaborativo, enfatizando o trabalho do psicólogo no campo da inclusão, e sua contribuição para a escola.

## **MÉTODO**

O seguinte trabalho traz uma revisão bibliográfica através de fontes de dados de duas revistas sobre Educação Especial: Revista Educação Especial (UFSM) e Revista Brasileira de Educação Especial (ABPEE), nas versões online. Foram considerados como critérios para escolha das revistas: 1) Ser um artigo publicado em uma das duas revistas selecionadas para a pesquisa; 2) Ter como tema Ensino Colaborativo e Educação Especial e; 3) Compreender o período de 2007 a 2017.

Dessa maneira foi utilizado para a pesquisa um netbook da marca Acer e internet para busca e análise de dados. Realizou-se a busca no site das respectivas revistas, de acordo com número e volume da publicação por meio da palavra chave Ensino Colaborativo. A palavra chave era buscada no título e resumo dos artigos, através das escolhas os artigos eram selecionados.

Sendo assim, após a seleção os artigos foram lidos, resumidos de acordo com seus principais aspectos e serão descritos a seguir.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No levantamento realizado foram encontrados um total de 4 artigos, sendo um na Revista Brasileira de Educação Especial (ABPEE) e três na Revista Educação Especial (UFSM).

O Quadro 1 sintetiza os artigos conforme ano, título, autores e revista publicada.

**Quadro 1** - Artigos publicados: Revista Brasileira de Educação Especial e Revista Educação Especial com a temática Ensino Colaborativo – 2012 a 2017.

ANO	TÍTULO	AUTORES	REVISTA
2007	Parceria Colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial	- Barbara Carvalho Ferreira - Enicéia Gonçalves Mendes - Maria Amélia Almeida - Zilda Aparecida Pereira Del Prette	Revista Educação Especial
2008	Família de crianças com deficiência e profissionais: componentes da parceria colaborativa na escola.	- Aline Maira da Silva - Enicéia Gonçalves Mendes	Revista Brasileira de Educação Especial
2011	A formação de professores para a Educação Inclusiva: alguns aspectos de um trabalho colaborativo entre pesquisadores e professores da Educação Infantil	- Claudia Regina Mosca Giroto Rosane Michelli de Castro	Revista Educação Especial
2015	A importância da supervisão colaborativa no desenvolvimento profissional do docente de educação especial	-Ana Maria Paula Marques Gomes - Maria da Conceição Martins Vieira	Revista Educação Especial

Fonte: Elaborado por Vaniéli Guélhiri, Tatiane Cristina Rodrigues Lessa e Renata Andrea Fernandes Fantacini.

Por meio do Quadro 1, pode-se perceber a ausência de estudos com a temática pesquisado nos anos 2009, 2010, 2012, 2013, 2014, 2016 e 2017. As autoras Ferreira, Mendes, Almeida e Del Prette (2007) publicaram o artigo *Parceria Colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial*, cujo objetivo foi apresentar a experiência de ensino desenvolvida por Ferreira, junto a um aluno com deficiência visual (cego congênito), em colaboração com uma docente de língua portuguesa, a diretora da escola e a família da criança, visando uma melhor qualidade de ensino para a mesma. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, numa escola municipal de educação básica com uma criança de 12 anos (deficiência visual) e 37 crianças sem nenhum diagnóstico. Era oferecido um suporte para a educadora especial quinzenalmente, por meio de estudos, apresentação e discussão de textos e pesquisas (FERREIRA et al., 2007, p. 1).

Os resultados atingidos implicaram no aperfeiçoamento de estratégias que já eram utilizadas pela professora e, também, criação de alguns manejos quanto a estrutura do ambiente (sala de aula) e planejamento de atividades. Essas estratégias envolviam: a posição do aluno na sala, a tutoria de colegas para facilitar o envolvimento social, o ensino de estratégias de convívio, as dicas quanto as modificações em sala de aula e as estratégias de ensino. As conclusões das autoras indicaram que o envolvimento dos profissionais que trabalhavam nessa parceria possibilitou a proposta de colaboração e, ainda, que o contato com todos proporcionou pensar em estratégias de inclusão de um aluno com deficiência visual em um ensino regular. Destacou-se que, com esse tipo de intervenção é possível reunir informações sobre o modelo de ensino colaborativo, refletindo também o processo de inclusão.

As autoras Silva e Mendes (2008) publicaram o artigo *Família de crianças com deficiência e profissionais: componentes da parceria colaborativa na escola*. O objetivo do artigo foi “[...] identificar e descrever os comportamentos dos profissionais da escola e dos familiares de crianças com deficiência [...]”, onde “[...] são propiciadores e mantenedores de uma parceria colaborativa e bem sucedida.” (SILVA; MENDES, 2008, p. 217). A metodologia

utilizada foi a pesquisa de campo, onde participaram dos estudos 31 pessoas, entre familiares e profissionais que trabalhavam na escola. A pesquisa foi realizada em duas etapas sendo elas: o levantamento inicial dos componentes principais da parceria colaborativa na percepção de familiares e profissionais; e a troca de informações entre os grupos. Assim, foram identificadas e levantadas 12 categorias pelos participantes, sendo elas:

[...] comunicar-se com os profissionais; ser responsável pela educação do filho; manter expectativas adequadas; aceitar a deficiência do filho; respeitar os profissionais; reconhecer o trabalho dos profissionais; confiar no trabalho desenvolvido; acreditar no trabalho desenvolvido; questionar os profissionais de modo adequado; garantir a frequência do aluno; visitar a escola e participar das atividades. (SILVA; MENDES, 2008, p. 223).

Os resultados obtidos por esse estudo apontaram que através das categorias elencadas acima, foram “[...] observadas características essenciais do processo colaborativo, tais como respeito mútuo, comunicação, confiança, participação, amabilidade, sinceridade, seriedade e imparcialidade.” (SILVA; MENDES, 2008, p. 217). Esse levantamento e a descrição das categorias, segundo as autoras, pode orientar os profissionais e familiares de crianças com deficiência, em busca de um ensino colaborativo de sucesso. As conclusões das autoras apontam que tanto profissionais como familiares estão caminhando para essas categorias importantes no processo colaborativo, “[...] ainda precisam amadurecer no sentido de qual é o papel [do profissional e o papel da família nessa] parceria [...]” (SILVA; MENDES, 2008, p. 233), buscando estabelecer uma parceria de sucesso e efetiva.

As autoras Giroto e Castro (2011) publicaram o artigo *A formação de professores para a Educação Inclusiva: alguns aspectos de um trabalho colaborativo entre pesquisadores e professores da Educação Infantil*. O objetivo foi descrever como é “[...] abordada a questão das dificuldades de aprendizagem e o impacto de um diagnóstico equivocado atribuído a uma criança em fase inicial de aprendizagem formal da escrita [...]” (GIROTO;

CASTRO, 2011, p. 444), sendo norteadas pelas etapas da abordagem colaborativa. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, com 43 professores de pré II, em dez escolas. Os resultados obtidos identificaram, por meio dos relatos dos professores da educação infantil, a necessidade de ressignificação de suas vivências e experiências didáticas para uma organização de ações direcionadas no contexto escolar diante as dificuldades apresentadas por parte dos alunos. As conclusões das autoras ressaltaram a importância do diálogo entre os profissionais, favorecendo a compreensão da singularidade no processo da escrita, contribuindo também para o ambiente em que atuam, auxiliando seus alunos na construção de uma relação mais positiva com a escrita, considerando a singularidade de cada sujeito.

As autoras Gomes e Vieira (2015) publicaram o artigo *A importância da supervisão colaborativa no desenvolvimento profissional do docente de educação especial*. O objetivo do artigo foi

[...] refletir sobre modelos e práticas supervisivas, verificar as práticas colaborativas em contexto de sala de educação especial, potencializar a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no trabalho colaborativo e identificar fatores de constrangimento e de facilitação da prática de supervisão colaborativa na sala de educação especial. (GOMES; VIEIRA, 2015, p. 751).

A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa e descritiva/interpretativa.

Os resultados obtidos no estudo ressaltaram que,

[...] na prática supervisiva deverá existir um diálogo aberto e verdadeiro [...], competindo ao supervisor, [...] transmitir a ideia de que todo o processo [...] não é a avaliação, mas sim um melhor conhecimento do ato educativo, facultando a tomada de decisões [...] mais adequadas. (GOMES; VIEIRA, 2015, p. 751).

A supervisão colaborativa, segundo os autores, é fundamental para o desenvolvimento qualitativo da escola e das pessoas que nela trabalham, sendo essencial a partilha das experiências positivas ou negativas,

confrontando o que fazem e buscando novas alternativas. Nesse estudo os professores participantes concordaram que a parceria colaborativa possibilita a resolução de problemas na sala de educação especial, e o diálogo, as atitudes de empatia, apoio e aceitação são fundamentais de um clima favorável entre eles. As conclusões das autoras ressaltaram que em uma sociedade e escola democrática é essencial refletir sobre as práticas educativas e o papel do professor dentro das capacidades de cada ser, mesmo com a opinião de cada profissional, o importante é a supervisão que deve ter uma orientação que dê lugar a decisões e concepções reflexivas, essencialmente construtivas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos temas e estudos encontrados nessa revisão percebe-se que o número de artigos com a temática ensino colaborativo focados na relação entre psicólogo e especialista são praticamente inexistentes e, sendo assim, seria importante a busca e realização de pesquisas nessa área, para ampliar o trabalho colaborativo do psicólogo na educação especial inclusiva.

Como fatores limitantes dessa pesquisa pode-se elencar a revisão bibliográfica em apenas duas revistas e que, tal busca pode ter contribuído negativamente pois pode ter gerado uma realidade equivocada dos artigos realmente publicados nessa temática. Nesse sentido, sugere-se que novas revisões sejam realizadas com critérios mais rígidos de busca.

Contudo, apesar de sutil, muitos questionamentos puderam ser elencados a partir da análise dos trabalhos encontrados como, por exemplo, como o psicólogo pode auxiliar nessa aproximação entre a educação escolar, inclusão escolar e educação especial? Será que as escolas têm o serviço do profissional de psicologia e de educação especial disponíveis em seu espaço?

Nesse sentido pensa-se ser interessante a reflexão sobre o apoio que o profissional da psicologia pode oferecer para os professores envolvidos nesse processo para, por exemplo, relatar em suas angústias e dúvidas a educação especial. Além disso, seria possível que esse profissional pudesse proporcionar

uma modificação de concepções previamente estabelecidas sobre os alunos da educação especial, pois, na prática, o que vemos muitas vezes é o diagnóstico chegar antes dos alunos o que, por sua vez, dificulta o processo de aceitação desses alunos e impede que o professor possa ter um olhar aberto ao processo de ensino e aprendizagem que se dá de maneira diferente para cada ser humano seja ele público alvo da educação especial ou não.

O psicólogo poderá, ainda, proporcionar uma participação ativa das pessoas com deficiência nos diferentes contextos em que vivem, proporcionando que esses indivíduos tenham acesso, permanência e concluam seus estudos.

Dessa forma, o presente estudo é relevante, pois pode ser o início incentivo para aprofundar e possibilitar novos estudos sobre o ensino colaborativo e o trabalho do psicólogo na educação especial, sendo útil para futuras pesquisas que possam contribuir para o ambiente escolar e o desenvolvimento saudável das crianças.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. O caminhar da deficiência intelectual e classificação pelo sistema de suporte apoio. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Deficiência intelectual: realidade e ação**. São Paulo: SE/ Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado, 2012.

ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, n. 2, p. 63-70, 1995.

BASTOS, C. B. R.; PYLRO, S. C. Psicologia escolar na concepção de professores de educação infantil e ensino fundamental. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 475-481, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n3/2175-3539-pee-20-03-00475.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 4 mar. 2018.

CARVALHO, R. G. G. A dimensão relacional da intervenção dos serviços de psicologia nas escolas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 119-124, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n1/a15v21n1.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

CIANTELLI, A. P. C. Estudantes com deficiência na universidade: contribuições da psicologia para as ações do núcleo de acessibilidade. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136012/000858523.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FERREIRA, B. C. et al. Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 29, p. 1-7, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4137>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FONTES, R. S. **Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.

GIROTO, C. R. M.; CASTRO, R. M. A formação de professores para a Educação Inclusiva: alguns aspectos de um trabalho colaborativo entre pesquisadores e professores de educação infantil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 41, p. 444-452, set/dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3106/2701>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

GOMES, A. M. P. M.; VIEIRA, M. C. M. A importância da supervisão colaborativa no desenvolvimento profissional do docente de educação especial. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.26, n. 53, p. 751-764, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/13416>>. Acesso em: 22 jan. 2018.



MENDES, E. G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. (Org.) **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

OLIVEIRA, C. B. E.; ARAÚJO, C. M. M. Psicologia escolar: cenários atuais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 648-663, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v9n3/v9n3a07.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

OLIVEIRA, E. S. et al. Inclusão social: professores preparados ou não? **Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 314-323, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/issue/view/245/showToc>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

ROSIN-PINOLA, A. R. et al. Ensinando habilidades sociais educativas para professores no contexto da inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 30, n. 59, p. 737-750, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28430/pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

SHOGREN, K. A. et al. **Intellectual disability: definition, classification and systems of support**. Washington (DC): AAIDD, 2010.

SILVA, A. M.; MENDES, E. G. Família de crianças com deficiência e profissionais: componentes da parceria colaborativa na escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 2, p. 217-234, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v14n2/06.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

VALLE, L. E. L. R. Psicologia escolar: um duplo desafio. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 23, p. 22-29, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n1/v23n1a04.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2018.